
CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO



ATA N.º 24

REUNIÃO ORDINÁRIA – 19 AGOSTO 2022



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

EDITAL n.º 70/2022 – Reunião Ordinária

(Deliberação da Câmara Municipal de 21 de Outubro de 2021)

Leopoldo Martins Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Convoca, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro e do n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, uma reunião ordinária pública a realizar no Salão Nobre dos Paços do Município de Castelo Branco, no dia 19 de agosto de 2022, pelas 9 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 – APROVAÇÃO DE ATA

Ata Ordinária do dia 5 de Agosto de 2022 (Ata n.º 23)

Ponto 2 – URBANISMO E OBRAS PARTICULARES

- 2.1. LE-EDI 140/2019. Beira Sublime, Unipessoal L.da. Castelo Branco. Declaração de Caducidade de Processo de Licenciamento de Obra
- 2.2. Processos de Obras Particulares Despachados no Mês de Junho de 2022 ©
- 2.3. Processos de Obras Particulares Despachados no Mês de Julho de 2022 ©

Ponto 3 – PATRIMÓNIO

- 3.1. Nelson Barata Baltazar. Alcains. Cedência Onerosa de Parcela para Domínio Público e Celebração de Escritura (Confirmação da Deliberação de 23/10/2020 e Anulação da Deliberação de 13/05/2022)
- 3.2. Anulação de Bilhetes/Cadernetas do Mercado e Outros Setores ©

Ponto 4 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

- 4.1. Junta de Freguesia de Tinalhas. Contrato Interadministrativo para Colocação de Estátua da Rainha Santa Isabel no Recinto com o Mesmo Nome
- 4.2. Agrupamento de Escolas Amato Lusitano. Protocolo no Âmbito de Candidatura para a Criação de um Centro Tecnológico Especializado – Informática (CTE)
- 4.3. Associação Portuguesa de Parques Empresariais. Adesão do Município de Castelo Branco
- 4.4. Assembleia Municipal. Deliberações Tomadas em Sessão de 11 de Agosto de 2022 ©

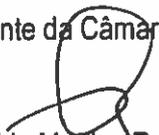
Ponto 5 – DIÁRIO DE TESOURARIA

Resumo Diário de Tesouraria do Dia Anterior ©

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Paços do Município de Castelo Branco, 12 de agosto de 2022

O Presidente da Câmara Municipal


Leopoldo Martins Rodrigues

CERTIDÃO

Paulo Jesus Vargas da T. certifica
que nesta data afixou o selo constante
do verso desta certidão.

Por ser verdade passo a mesma que assino. —

Castelo Branco 2 de agosto de 2022

O Funcionário

Paulo Jesus Vargas da T.



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ATA N.º 24

(n.º 1 do Artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Aos dezanove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal reuniu publicamente, por convocatória ordinária, sob a Presidência do Senhor Presidente Leopoldo Martins Rodrigues, estando presentes o Senhor Vice-Presidente Hélder Manuel Guerra Henriques e os Senhores Vereadores Patrícia Margarida dos Santos Carvalheiro Coelho, Luís Manuel dos Santos Correia, Jorge Manuel Carrega Pio, Ana Teresa Vaz Ferreira e João Manuel Ascensão Belém.

A reunião foi secretariada pelo Senhor Diretor do Departamento de Administração Geral, Francisco José Alveirinho Correia.

ABERTURA DE REUNIÃO

Pelo Senhor Presidente foi a reunião declarada aberta eram 9 horas, passando a Câmara Municipal a tratar os assuntos constantes da ordem de trabalhos.

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente deu início ao período *antes da ordem do dia*, conforme estipula o artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Tomou a palavra a **Senhora Vereadora Ana Teresa Vaz Ferreira** para se referir, novamente, numa reunião de Câmara, à coesão territorial e falar da necessidade de evitar desigualdades e que nenhum cidadão seja privado de serviços por residir em determinadas áreas do território nacional. Disse que o país não tem promovido as melhores estratégias nesta matéria e que, fatores como o envelhecimento e o despovoamento, ainda promovem a retirada de determinados serviços básicos que fazem com que, no futuro, não se queiram neles fixar novas pessoas. Destacou o serviço proporcionado pelas caixas multibanco, que tem vindo a ser descontinuado em muitos territórios e apresentou a seguinte moção, sobre a instalação de caixas automáticas da rede multibanco em todas as freguesias do concelho:

*Garantir o Serviço de Caixas Automáticas da Rede Multibanco em
Todas as Freguesias do Concelho*

Considerando que:

Na maioria das nossas freguesias, os principais serviços, têm sido encerrados;

O envelhecimento da população é também associado a muitas situações de isolamento;

Que, atualmente, os serviços disponibilizados pelas caixas automáticas da rede Multibanco são cada vez mais vastos;



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Que tem havido um justo e crescente desejo das populações, em possuir nas suas freguesias pelo menos uma caixa automática (Multibanco);

Que muitas das Juntas de Freguesia, com o objetivo de ir ao encontro das suas populações, estão a assumir os respetivos encargos, para disponibilizar este serviço à sua comunidade;

Que esta é sem dúvida uma competência dos municípios, que se enquadra na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os Vereadores do Sempre — Movimento Independente, propõem que o Município de Castelo Branco, desenvolva os procedimentos necessários, com vista assumir os custos relacionados com a continuidade ou colocação de uma caixa automática (rede Multibanco) em todas as freguesias do concelho, exceto nas freguesias de Castelo Branco e Alcains, onde os bancos disponibilizam diretamente este serviço.

Esta concretização, poderá ser feita, através de um procedimento de contratação pública ou através de contratos interadministrativos com as freguesias respetivas.

Tomou a palavra o **Senhor Vereador Jorge Manuel Carrega Pio** para referir o Regulamento de Apoio ao Associativismo, por parecer que o mesmo ainda não estará em condições de concretizar os apoios. Disse que o Sempre – M. I. está solidário com as associações e apela que os subsídios possam ser atribuídos o quanto antes. Discordou com a estratégia do atual Executivo e lembrou a estratégia política orientada para "passar culpas", para disfarçar o aviso de abertura elaborado por este Executivo, que não atingiu os objetivos. Afirmou que o atual Executivo não quis assumir as responsabilidades pelo mau aviso de abertura, com o qual o Sempre – M. I. não concordava. Explicou que existiam condições para, em abril, quando foi aprovado o aviso de abertura, ter sido feito um documento mais adequado à realidade e que deveria ter sido elaborado um aviso de abertura por cada atividade das associações, nomeadamente para a atividade desportiva. Referiu que esta suspensão não vem trazer nada de novo em termos práticos e que os apoios podiam ter sido concretizados com o regulamento existente. Entregou ao Senhor Presidente uma proposta de aviso de abertura, na qual, disse, existirem duas premissas essenciais: uma, relativa ao enquadramento do aviso de abertura que foi feito em abril pelo atual Executivo; e, outra, que tem a ver com os critérios agora definidos em regime transitório. Explicou que, na prática, para os critérios criados agora para o regime transitório, eles tinham associado os diferentes fatores de avaliação que o regulamento previa, e que, na opinião do Sempre – M. I., isso provava que o aviso de abertura podia ter sido feito em abril e que já podiam estar concretizados os apoios às associações desportivas. Concluiu, reforçando a ideia de que não tinha havido nenhuma necessidade de suspender o regulamento e que a suspensão tinha sido um "malabarismo político" no sentido do atual Executivo não assumir as suas responsabilidades.

Tomou a palavra o **Senhor Vereador João Manuel Ascensão Belém**: "Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco. Senhores Vereadores. Quadros da Autarquia. Comunicação Social. Meus Senhores e minhas Senhoras. Relativamente ao apoio ao Associativismo, tenho a declarar o seguinte: é



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

evidente que as associações assumem cada vez mais um papel ativo na estratégia de desenvolvimento do concelho, uma vez que dada a sua proximidade aos cidadãos, manifestam-se como polos de desenvolvimento local, assegurando importantes atividades comunitárias nas mais diversas áreas, e contribuindo para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Em anteriores mandatos, o PSD sempre defendeu a existência de um regulamento, mas não foi acompanhado nesta sua intenção, tendo até solicitado a colaboração de outras forças políticas, mas também não obteve a sua colaboração. Posteriormente o Tribunal de Contas exigiu a efetivação do respetivo *Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município de Castelo Branco* e sua consequente aprovação, o que veio a ser uma realidade. Quando a 8 de abril foi apresentada a proposta de abertura de Candidaturas ao Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, na qual também nos abstermos, tivemos também a oportunidade de salientar que achávamos que o regulamento não era exequível, pelo que teria de ser revisto e atualizado, quer nos seus critérios, quer nas suas fórmulas e eventuais ponderações, para ser eficaz e corresponder às necessidades de apoio das associações. Considerando que é necessário promover uma cooperação regular entre a Autarquia e as Associações, em todos os domínios de interesse para o desenvolvimento do Concelho, mas tendo em conta que nunca nos foi solicitado nenhum pedido de colaboração relativamente a este assunto continuamos a abstermo-nos. Termino reforçando mais uma vez que desde sempre para o PSD o associativismo é considerado um elemento crucial na estratégia de desenvolvimento do município, pois as atividades das diferentes Associações são fundamentais para o reforço da comunidade albicastrense, através de manifestações culturais, recreativas, desportivas, de cidadania e de sensibilização ambiental".

Tomou a palavra o **Senhor Vereador Luís Manuel dos Santos Correia**. Primeiramente, referiu a sua preocupação pela seca que se tem verificado e pelo nível atual da água na Barragem de Santa Águeda. Disse que já várias vezes tinha questionado sobre o nível de água da barragem e que não lhe tinham dado essa informação, o que os levava a deduzir que o Executivo não estava muito preocupado com este tema. Disse que tinham tomado conhecimento do nível da água pelo Jornal Reconquista e que o mesmo, em final de julho, estava nos oitenta e sete por cento. Afirmou que este assunto não devia ser tratado como se estivessem, ainda, na década de oitenta. Explicou que a água era um bem essencial a todos os níveis e que este assunto não se resolvia criando "medo" da falta de água entre a população. Seguidamente, questionou o Senhor Presidente em dois assuntos. Referindo-se à construção de um caminho em Tinalhas, que tinha sido aprovado pelo Executivo anterior, solicitou que lhe fizessem o ponto da situação. Por fim, referindo-se à construção de residências para estudantes, quis saber se tinham sido objeto de candidatura, se eram para ser construídas a expensas do Município, se estava prevista a colaboração do Instituto Politécnico de Castelo Branco e, se esta colaboração estava a ser equacionada, que tipo de colaboração foi pensada.



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O **Senhor Presidente** principiou por responder à *Senhora Vereadora Ana Ferreira*, perguntando-lhe se ela fazia aquela pergunta a título individual ou enquanto membro do Sempre – M. I., integrado por dois Vereadores que fizeram parte de uma força política que exerceu funções municipais durante vinte anos.

A **Senhora Vereadora** relevou que a moção estava assinada pelos Vereadores do Sempre – M. I..

O **Senhor Presidente** disse que estava esclarecido com a resposta dada, que ela era importante, porque já tinha havido “o tempo” e a oportunidade para colocar caixas multibanco em todas as freguesias do concelho. Disse que saudava a iniciativa, porque ela evidenciava a relevância dos multibancos no serviço que prestam às populações, e recordou que ela fazia parte das promessas eleitorais do Partido Socialista durante a campanha eleitoral das Autárquicas 2021. Disse, também, lamentar que os Senhores Vereadores do Sempre – M. I., que fizeram parte de executivos anteriores, não tivessem resolvido esta problemática durante quando tiveram oportunidade. Referiu, ainda, que aprovariam a moção embora não achassem que ela fosse necessária à concretização do objetivo a que se refere, porque, sublinhou, esse objetivo fazia parte das propostas do Partido Socialista apresentadas em campanha eleitoral. Em seguida, propôs-se responder ao *Senhor Vereador Jorge Pio*, contando a metáfora sobre o “Ovo de Colombo”. Explicou que, na altura, muitos teriam achado o descobrimento da América um feito banal e contou como Cristóvão Colombo, recorrendo ao uso de um ovo, deixou claro que nenhuma pessoa daquelas que o criticavam tinha conseguido fazer aquilo que, depois de ele o ter feito, estavam a considerar de tão fácil consecução, relevando o facto de muitas pessoas acharem fácil aquilo que foi realizado por outros. Referindo-se ao *Senhor Vereador João Belém*, disse que concordava com as suas preocupações relativamente ao associativismo e assegurou-lhe que o Executivo estava a trabalhar no sentido de dar cumprimento às necessidades das associações. Relativamente ao pagamento dos subsídios, explicou que tinha havido um atraso, mas que os serviços tinham desenvolvido esforços para efetuá-los e que já estariam todos ou quase todos pagos. Elogiou e agradeceu o contributo dos serviços pela forma expedita como encarou este assunto.

O **Senhor Presidente** dispôs-se a responder à intervenção do *Senhor Vereador Luis Correia*, por dizer que não sabia onde é que ele tinha ido procurar a ideia de que o Executivo estaria a resolver a problemática da seca por criar “medo”. Afirmou que o Executivo estava consciente da seca e da importância da água, mas que, nem o Executivo, nem a população do concelho de Castelo Branco, tinham “medo”. Explicou que os munícipes tinham era “memória” dos períodos de falta de água no passado e como isso influenciava a sua rotina diária. Referiu a consciência do Executivo quanto às condições climáticas e à forma acelerada como elas têm vindo a acontecer. Referiu que se conhecia uma percentagem aproximada da água contida na Barragem de Santa Águeda, que o percentual do nível de água poderia ser consultado no *site* dos



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Serviços Municipalizados de Castelo Branco e que, como tal, o Senhor Vereador não necessitava de ter trazido a pergunta a uma reunião da Câmara Municipal, embora ele fosse conhecedor do motivo porque ele o fez. Reafirmou que não tinham 'medo', que também não o promoviam, mas que tinham 'memória' de um tempo em que Castelo Branco racionava a água no verão. Acrescentou, que nunca tinha feito tanto sentido falar da importância da água, que o assunto era sério porque este fenómeno de seca era diferente, uma vez que se tinha alastrado a distritos, como o Minho e Trás-os-Montes, onde nunca tinha faltado a água, como no presente ano. Voltou a reforçar que não tinham 'medo' mas 'responsabilidade', para que Castelo Branco tivesse água hoje e no futuro. Referiu que não se sabia quantos anos de seca iríamos ter, mas que essa preocupação não era só do Executivo de Castelo Branco, mas também do país e da União Europeia, devido aos baixos níveis de pluviosidade. Ainda, referiu que em Espanha tem havido muito menos pluviosidade do que em Portugal, mas salientou que, embora aquele país tenha vindo a cumprir as suas responsabilidades referentes à Bacia Hidrográfica do Rio Tejo, no futuro podiam não ter condições para o fazer. Concluiu este assunto por dizer que iria defender intransigentemente Castelo Branco no que diz respeito à água e fazer tudo ao seu alcance para que os albicastrenses se pronunciem sobre o uso da água no concelho e para defender os albicastrenses no que concerne ao abastecimento de água. Respondendo à questão do caminho em Tinalhas, esclareceu que o Presidente da Câmara não desenvolvia procedimentos concursais, mas que acreditava, uma vez que já tinha sido feito, que o procedimento tinha condições para ser concretizado, porque o seu objetivo era que as populações tenham as condições que merecem. Relativamente à questão das residências para estudantes, explicou que, infelizmente, a candidatura feita pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) tinha sido reprovada e adiantou que a Câmara Municipal e o Partido Socialista, por si representado, iria dar consistência à construção da residência de estudantes, quando a altura chegar.

O Senhor Vice-Presidente Helder Henriques solicitou a palavra: "Ex.mo Senhor Presidente. Senhores Vereadores. Caros Dirigentes e Funcionários. Estimados Albicastrenses. Senhores Jornalistas. Minhas Senhoras e meus Senhores. Um comentário muito breve, ainda, recuperando aqui a história do 'Ovo de Colombo': se houve uma força política que sempre esteve ao lado das associações, tinha sido o Partido Socialista. Isso é reconhecido por todos. Felicitamos a adesão do Senhor Vereador, agora, ao Regulamento de Apoio ao Associativismo. Fá-lo agora, com muito atraso, porque quando teve oportunidade de o fazer, simplesmente, não o fez. Porque não quis, porque não pode, não sei. Mas é curioso, vir agora aqui falar de responsabilidades pois, quem não as assumiu, foi o Executivo a que o Senhor Vereador pertencia, quando não fez os formulários, não preparou a plataforma, o aviso, quando não deixou nada preparado. É muito fácil vir, depois, dizer: eu faria de outro modo... Claro que faria de outro modo... Mas quando o poderia ter



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

feito, não o fez... E essa é que é questão. As associações podem contar connosco, é para isso que cá estamos, porque importa recordar que a primeira fase de candidaturas deveria ter acontecido em outubro de 2021. Este Executivo tomou posse em quinze de outubro, como todos recordam, mas, supostamente, no início do mês de outubro, as candidaturas deveriam estar abertas, contudo, passem-se, não estavam. Passo, agora, Senhor Presidente, à minha intervenção de fundo, se me permite, este era apenas um comentário. 'Um novo impulso para Castelo Branco' é o projeto político e estratégico do Partido Socialista que estamos a implementar e que foi apresentado e sufragado nas últimas eleições autárquicas. Um projeto político ousado, com ideias firmes, projetado no tempo, respeitando o passado e definindo, claramente, as suas opções para o desenvolvimento do concelho de Castelo Branco. No programa eleitoral, todos nos recordamos, que foram assumidos diversos compromissos. Assumimos o compromisso de 'devolver gradualmente o valor do IRS afeto à autarquia às famílias albicastrenses'. Assim o fizemos, foi aprovada essa medida e os Albicastrenses vão poder decidir onde pretendem utilizar a devolução de 2,5%. Com esta medida, estamos a tornar o concelho mais próspero, na certeza de que os Albicastrenses sabem o que fazer diretamente com esse benefício, tal como acontece em muitos outros concelhos. Assumimos igualmente o compromisso de participar a frequência das creches e as refeições escolares na Educação Pré-Escolar e no 1.º ciclo do ensino básico. Na última reunião de Assembleia Municipal foi aprovado o instrumento que regulará a atribuição da comparticipação das creches. No essencial falamos de uma comparticipação até 150 euros mensais por cada criança com frequência em creche no concelho de Castelo Branco representando um forte investimento no nosso principal eixo de ação política: as pessoas. Por outro lado, a Câmara Municipal de Castelo Branco vai também assegurar o pagamento das refeições escolares até, para já, ao 2.º ano de escolaridade, inclusive. Assumimos que reorganizaríamos a rede de transportes urbanos e municipais de Castelo Branco e promoveríamos a criação de um sistema de transporte flexível, em articulação com os operadores locais e os Executivos das Juntas de Freguesia. Há hoje uma nova marca – MOBICAB – que agrega tudo o que diz respeito à mobilidade, demos um sinal importante, do ponto de vista do nosso compromisso ambiental, com a introdução de um autocarro elétrico no processo de concessão dos transportes e fomos corrigindo pequenos problemas que foram surgindo na fase mais crítica de todo este processo que é, sem margem para dúvida, o da implementação no terreno de uma concessão de transportes. Também na área da Mobilidade, e particularmente no que respeita à implementação do Serviço Público de Transporte Flexível, gostaríamos de tecer algumas considerações. O Transporte Flexível como já afirmamos algumas vezes tem propósitos bem definidos e o primeiro dos quais prende-se com a possibilidade de utilização dos cidadãos que não têm serviço regular disponível. É um instrumento que responde a uma necessidade há muito sentida no nosso concelho e que agora foi implementada. Este



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

projeto piloto entre os dias 5 de julho e 12 de agosto respondeu à necessidade de dezassete utilizadores que de outro modo teriam mais dificuldades em aceder ao transporte público. Verificamos que os itinerários mais utilizados foram entre: Salgueiro do Campo e Rochas de Cima, seguido de Maxial do Campo e Sarzedas e depois o itinerário Aboboreira/cruzamento São Domingos. Estamos a falar, no fundo, do primeiro mês de implementação deste sistema de transporte que além da sua flexibilidade é amigo das pessoas e ambientalmente mais sustentável. Esta é uma verdadeira medida que fomenta a coesão territorial e promove a qualidade de vida dos nossos munícipes. Mais e melhores transportes significam melhorias qualitativas na vida das pessoas, no combate ao isolamento, na criação de condições para apresentar este território como um território com futuro e, além disso, significa ainda envolver meios locais e contribuir para o fomento da economia local. Quando se fala de estratégia, é disto que estamos a falar! De coesão territorial, de pessoas, desenvolvimento e qualidade de vida. Do ponto de vista social, não podemos esquecer o contributo desta autarquia e do executivo do Partido Socialista quando decidiu atribuir um apoio extraordinário às nossas IPSS com o objetivo de as ajudar a enfrentar os problemas do seu dia a dia, num mundo instável e volátil como aquele em que estamos a viver atualmente. Mais uma medida importante com retorno, estou certo, para os nossos mais idosos. Mas neste ponto não ficamos por aqui, cumprimos igualmente com as nossas obrigações solidárias perante a guerra que temos hoje na Ucrânia e a grave situação humanitária que ali se vive com reflexos um pouco por todo o mundo. O Município de Castelo Branco sinalizou a sua disponibilidade para acolher diversos agregados familiares, em articulação com o Alto Comissariado para as Migrações. Foram submetidas, ao abrigo de um protocolo, diversas candidaturas cuja comparticipação pode atingir um valor na ordem dos 248.500 euros e onde a autarquia assume um papel de moderação institucional relevante em todo este processo. Quanto às freguesias, continuamos a dar atenção às mesmas como foi apanágio ao longo de todas as governações do PS, fizemos o mesmo atribuimos também valores significativos na perspetiva de ajudar a todas, sem exceção, a resolver os problemas que os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia conhecem e lidam todos os dias. Na área florestal, não podemos esquecer o trabalho que se fez até ao mês de junho de limpeza das bermas das estradas do município, numa perspetiva de manutenção, e que muitas vezes é pouco visível, numa distância superior a 500 km. Neste âmbito, estamos empenhados, também decorrente do nosso compromisso eleitoral, na limpeza de linhas de água. Está em curso o processo de limpeza da Ribeira da Liria e preparamos a manutenção de outras linhas de água, como é o caso da Ribeira da Lardosa. Também neste capítulo há apontamentos simbólicos: há muito que era reclamada a renovação das placas informativas na Barragem de Santa Águeda ou Marateca, como quiserem, e nós, em articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente, finalmente, conseguimos a sua colocação. E hoje é mais claro o que se pode ou não fazer naquele plano de água. Parece pouco relevante,



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

mas é simbolicamente importante. Assumiu-se o compromisso de tornar Castelo Branco uma cidade mais amiga das crianças, de todas as crianças. No seguimento deste compromisso, deram-se os primeiros passos com a renovação dos parques infantis em diversos pontos da geografia albicastrense e foram ainda adquiridos e colocados alguns equipamentos, a título experimental, que têm como objetivo a inclusão das crianças 'especiais' esperando, logo que assim seja possível, o alargamento a outros espaços. Foram equipados o Parque da Cidade com uma cadeira de baloiço inclusiva e uma mola inclusiva; o Parque das Violetas com uma mola inclusiva e um jogo do galo; o Parque do Mercado municipal com uma cadeira inclusiva e uma mola inclusiva. Este é um caminho que deve ser tido em conta nos processos de manutenção e/ou aquisição de novos equipamentos para este efeito porque são, muitas vezes, pequenas iniciativas que tornam os territórios 'maiores'. Por falar em iniciativas marcantes, não poderíamos deixar de referir as primeiras sessões de Cinema ao Ar Livre em Castelo Branco. Significam o retomar de uma prática que valoriza a nossa cidade e o nosso concelho e, sobretudo, promove o bem-estar e o convívio de pequenos e graúdos. No passado fim de semana foram projetados dois filmes: um deles dedicado aos mais pequenos e, por isso, de animação infantil e o segundo com uma natureza biográfica dedicado a um dos expoentes máximos da música ocidental da segunda metade da centúria passada. Verificamos que os albicastrenses aderiram fortemente a esta iniciativa contando nas duas sessões de cinema ao ar livre com várias centenas de pessoas transformando o Parque da Cidade num parque ainda com mais atividade nesta altura do ano. Vai ter continuidade esta atividade, mas é, claramente, uma aposta ganha deste executivo ancorada no eixo maior da promoção do bem-estar da comunidade. Estamos também a trabalhar ao nível da promoção turística do concelho de Castelo Branco. Sem esquecer a estratégia turística apresentada pela Turismo do Centro de Portugal 2021-2027, a Estratégia de Especialização Inteligente do Território da Beira Baixa para o mesmo período na área do turismo, o Município de Castelo Branco tem procurado, gradualmente, posicionar e ativar o destino turístico Castelo Branco. Além de um conjunto de publicações que têm sido feitas em diversas revistas da área do turismo, temos igualmente tentado projetar Castelo Branco em meios de comunicação social audiovisual, nas redes sociais ou em revistas especializadas em turismo. Além disso, estamos a realizar um trabalho promocional, todos os dias, através da página de Facebook e Instagram dedicada à promoção turística intitulada '*VisitCasteloBranco*'. Concluo esta minha intervenção com um problema que a todos nos deve preocupar: o problema da escassez de água. As evidências são muitas e temos assistido um pouco por toda a Europa a esta preocupação, e Portugal não foge à regra, relativamente às dificuldades com que as populações se confrontam. Também nós, em Castelo Branco, não podemos pensar que estamos numa espécie de bolha onde nada nos atinge. Sabemos, porque experimentamos no nosso dia a dia, que as alterações climáticas estão aí e que é preciso combater as



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

mesmas. Este ano já tivemos ondas de calor que levaram a tomadas de decisão, por exemplo, no âmbito dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco de alteração de horários laborais, na perspetiva da proteção da integridade física e psicológica dos trabalhadores, temos em curso em diversos meios de comunicação social e nas redes sociais a campanha 'Água, Use bem', realizamos também um vídeo institucional para mostrar o que estes Serviços fazem durante o dia e durante a noite, e criamos igualmente um vídeo de sensibilização para o problema da escassez de água que está a circular nas redes sociais e em meios de comunicação do Município de Castelo Branco. É preciso que todos sejamos capazes de cumprir com o nosso papel numa época em que o nosso líquido mais precioso parece estar a desaparecer dia após dia. Também a Câmara Municipal de Castelo Branco tem de fazer a sua parte. Há todo um caminho a fazer. Mas, sobretudo, no que respeito ao abastecimento público de água não podemos permitir que os Albicastrenses passem por dificuldades de outros tempos. Estamos comprometidos com os Albicastrenses, afinal único e exclusivo desígnio daqueles que lideram este município".

O **Senhor Presidente** continuou no uso da palavra. Perguntou aos Senhores Vereadores Luís Correia e Jorge Pio, se a marca "Bordar e Receber" tinha sido objeto de registo. De seguida teceu alguns comentários sobre a captação de emprego para Castelo Branco, referindo-se aos procedimentos encetados pelo Executivo e pelo Governo, que culminaram em encontrar um investidor que manteve a fábrica de confeções, Dielmar, a laborar em Alcains e, a loja localizada na Avenida 1.º de Maio, aberta. Tal ação refletiu-se na preservação de empregos em Alcains e, como tal, referiu que lhe estranhava o facto do Senhor Vereador Jorge Pio, que tem questionado o Executivo sobre a criação de emprego, não ter tido uma palavra de regozijo ou de reconhecimento, até ao dia de hoje, sobre a sua terra, Alcains, que viu ameaçados duzentos postos de trabalho. Informou que a empresa Valérius Têxteis tinha celebrado contratos de trabalho com cento e setenta trabalhadores e que a Dielmar tinha voltado a produzir fatos que já estão no mercado. Disse, ainda, que também estava à espera que o Senhor Vereador Jorge Pio felicitasse Castelo Branco pelo facto de a empresa Altice ter decidido manter o edifício da Quinta da Carpalha em funcionamento e aumentar o número de pessoas a trabalhar em Castelo Branco. Informou que, além dos edifícios do antigo Celeiro e da Carpalha, a Altice estava a preparar espaço para que no edifício da Praça Postiguinho Valadares possam, também, trabalhar pessoas, aumentando, desta forma, a oferta de trabalho disponível em Castelo Branco. Concluiu dizendo que estavam a falar da criação de postos de trabalho e que não bastava dizer que 'os outros fazem' ou que 'os outros são melhores do que nós', que o Executivo estava em funções para defender e atrair emprego para Castelo Branco. Terminou a intervenção por repetir que achava muito estranho, sendo Alcains a terra do Senhor Vereador, que ele não tivesse tido uma palavra de regozijo e satisfação para com



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

os alcainenses, por motivo da empresa Valérius Têxteis estar a dar trabalho a pessoas e a manter no ativo uma marca da sua terra.

O **Senhor Vereador Jorge Pio** tomou novamente a palavra e retorquiu ao Senhor Presidente, que já era tradição nele pessoalizar as respostas, como uma ação distrativa, quando tratavam de algum assunto incomodativo. Disse que era uma retórica habitual a que já se tinha consciencializado, mas que não enveredaria por disputas desse tipo, porque queria estar a um nível acima. Reportando-se à última intervenção do Senhor Presidente, disse que o foco da intervenção era que ele apresentasse uma estratégia para a captação de investimento, mas que, depois de toda a retórica, continuavam no mesmo patamar. Assim como o Senhor Presidente apresentou a metáfora do "Ovo de Colombo", ele apresentou uma ilustração sobre uma "mega-indústria", com muitos empregados, cuja complexa linha de produção, de um dia para o outro, deixou de funcionar. Disse que o sucedido causou muita preocupação a todos, porque cada minuto de paragem da linha causava à empresa milhares de euros de prejuízo. Explicou que os serviços de manutenção e as empresas especializadas não conseguiam resolver o problema e que o prejuízo se acumulava. Continuou a contar que a dada altura os gestores da empresa ficaram a saber da existência de uma pessoa capaz de resolver o problema, que a mandaram chamar e que, quando ela chegou junto à linha de montagem e avaliou a situação, em dois segundos, apertou um parafuso e a situação ficou resolvida. Os responsáveis pela empresa ficaram satisfeitos, agradeceram, perguntaram pelo custo da reparação e a pessoa disse que eram quinhentos mil euros. Contou que os administradores da empresa ficaram surpreendidos com o valor, achando-o uma exorbitância, só pelo aperto de um parafuso. Terminou a história com a resposta da pessoa que solucionou o problema. Ele esclareceu que, apertar o parafuso só custava um euro, mas que, saber qual o parafuso a apertar, custava os quatro centos e noventa e nove euros restantes. Afirmou que a retórica de malabarismo político do Senhor Presidente só serve para desfocar do que é o essencial e aludiu à analogia do "Ovo de Colombo", para explicar que ele também podia fazer uma extrapolação daquilo que se tinha passado com o Regulamento de Apoio ao Associativismo. Explicou que o atual Executivo, desde abril, tinha andado com um "ovo" que não sabia como colocar de pé e que, chegados a agosto, depois de tentativas mais morosas para pôr o "ovo" em pé, não se tinham apercebido que o "ovo" estava cozido e que podia ter sido colocado em pé logo em abril.

O **Senhor Presidente** disse que não estava a pessoalizar e que o Senhor Vereador é que não estava a assumir a sua responsabilidade, porque não lhe custava nada dizer, numa reunião pública do Executivo, que Alcains estava de parabéns, porque continuava a ter uma fábrica de confeções que dava emprego a duzentas pessoas. Referindo-se à história contada, disse que achava piada, mas que ficava um bocadinho preocupado: raciocinou, que se o Senhor Vereador era o "génio da indústria", então parecia que estava à



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

espera que lhe pagassem os quinhentos mil euros ou, por outro lado, dava a entender que não quis solucionar o problema de propósito. Explicou que ele tinha tido a oportunidade de deixar o trabalho feito, que, como autor do Regulamento de Apoio ao Associativismo, podia tê-lo elaborado de forma a contemplar as regras que podem ser facilmente ser definidas, como agora diz. Recordou que o Senhor Vereador Jorge Pio tinha deixado o Executivo no dia 15 de outubro, poucos dias antes do concurso ser aberto, e que nada tinha sido feito. Afirmou que essa responsabilidade era dele, que ele tinha tido “a chave para apertar o parafuso” e não o quis fazer, que ele era, de facto, o “génio dos quinhentos mil euros” e que se ele lhes tivesse feito uma proposta ele a teria trazido para deliberação da Câmara Municipal. Concluiu dizendo que o Senhor Vereador não resolveu esta situação com o Regulamento de Apoio ao Associativismo quando o deveria ter feito e que tal era lamentável.

Novamente, o **Senhor Vereador Jorge Pio**, tomou a palavra para dizer que já lhe custava insistir neste assunto do Regulamento de Apoio ao Associativismo, e explicou mais uma vez que o mesmo prevê a elaboração de avisos de abertura de candidaturas e que o único responsável pelo aviso de abertura foi o atual Executivo. Referiu que haviam mil e uma formas de fazer o aviso de abertura: que o tinham feito de uma forma em abril e que agora estavam a apresentar uma outra forma, em regime transitório. O regulamento prevê que, independentemente da força política que estiver a liderar o Executivo, se possa fazer aquilo que se entenda, de modo que o aviso de abertura pode ser feito consoante os critérios que se queiram. Referiu que não havia ali “parafuso”, nem “quinhentos mil euros” nenhuns, que cada um podia fazer o aviso de abertura que entendesse e que, naquele caso, o que se passou foi que fizeram um aviso de abertura que não foi levado até ao fim, sendo que, a proposta que apresentaram, prova que, em abril, era possível fazer aquilo estava a ser feito agora em agosto. Relativamente ao seu regozijo por Alcains, explicou que nem tudo tinha de ser feito à luz da comunicação social ou das redes sociais. Que conhecia muitos trabalhadores despedidos da empresa Dielmar e que já lhes tinha dado os parabéns na rua, quando os encontra, ou quando joga futebol, ou bebe com eles uma cerveja. Sublinhou que era dessa forma que lhes demonstrava o seu regozijo pelos empregos recuperados e que não achava que aquele assunto fosse para ser tratado numa reunião de Câmara Municipal.

O **Senhor Presidente** continuou a achar a atitude do Senhor Vereador estranha, argumentando, ainda, que ele não era só “um cidadão de Alcains”, mas era “um cidadão de Alcains que tem funções na Câmara Municipal como Vereador” que questiona o Executivo Socialista sobre a criação de emprego. Disse que não se referia somente ao facto de se manterem duzentos postos de trabalho em Alcains. Que se estava a referir, também, ao orgulho de Alcains e que ele, que já tinha tido a oportunidade de se expressar publicamente, e que vem aqui dar exemplos de outros concelhos, não foi capaz de expressar uma palavra sobre a sua terra



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

publicamente, em um órgão de que ele faz parte e tem legitimidade para estar, por ter sido eleito. Não diga que isto é "pessoalizar", porque ele é um Vereador de Alcains e até hoje não teve uma palavra quanto à continuidade de uma fábrica tão importante para aquela localidade. Defendeu que o seu argumento não era "chicana política", pois estavam a falar de ação política, porque senão não havia necessidade de se fazerem reuniões públicas ou conferências de imprensa. Portanto, concluiu dizendo, que não deve dizer que é um direito seu e que comunica o seu regozijo de forma particular.

Solicitou a palavra o **Senhor Vice-Presidente** para referir que, nesta discussão sobre o aviso que foi feito em abril e que agora se estava a discutir novamente, o que se estranhava era o facto de o aviso não estar aprovado em setembro ou outubro, quando o regulamento permitia a sua aprovação e enquanto o Senhor Vereador ainda estava em funções. Acrescentou que, a retórica do Senhor Vereador em torno a este assunto, dava a impressão de estarem a querer dificultar o apoio às associações. Terminou perguntado aos Senhores Vereadores do Sempre – M. I., se era isso que estavam a querer e afirmando que o atual Executivo tinha todo o interesse em resolver um assunto cujo "pai do imbróglio" tinha sido o Senhor Vereador Jorge Pio.

O **Senhor Vereador Jorge Pio** retorquiu que o Senhor Vice-Presidente também tinha votado o assunto favoravelmente, acrescentou que a questão devia ser debatida com mais seriedade e repetiu o seu argumento sobre o regulamento: que a questão do *timing* não era a discussão principal, mas que o aviso deveria ter sido feito por quem está a gerir, pois o regulamento previa a hipótese de definição de linhas orientadoras, de forma mais concreta, através do aviso de abertura. Concluiu que a ideia da Senhor Vice-Presidente sobre o associativismo era diferente da dele e da do PSD. Que o Sempre – M. I. só queria deixar claro que o problema não residia no regulamento, mas no aviso, e que isso provava que em abril poderiam ter feito aquilo que estão a fazer agora. Disse que não estavam contra aquilo que estava a ser feito, mas contra a forma como foi feito, pois já se tinham passado quatro meses e a situação ainda estava por resolver. Afirmou que o Sempre – M. I. queria resolver o problema das associações e que nem deveria ser colocada em causa o seu apoio ao associativismo, porque, quanto a isso, estavam todos de acordo, mas que era necessário fazê-lo de forma estruturada e atempada e que tal não tinha acontecido. Terminou referindo que, por mais que queiram desfocar a situação, dizendo que o problema era o Senhor Vereador Jorge Pio não ter manifestado publicamente determinadas situações, a questão era que, aquilo que estava a ser feito agora, poderia ter sido feito em abril e que tal afirmação ainda não havia sido desmentida.

O **Senhor Vice-Presidente** retorquiu que, aquilo que foi feito em abril, podia ter sido feito anteriormente, porque o regulamento já era conhecido e porque não o quiseram fazer e que tal matéria era indesmentível.



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Disse que era muito fácil olhar para os outros, apontar o dedo, que o difícil era fazer e que o Senhor Vereador Jorge Pio não o tinha feito.

O **Senhor Vereador Jorge Pio** retorquiu que podia ser “desmentida” porque o que estava em causa era a atividade desportiva, que o regulamento previa que essa atividade fosse só em março ou em abril e que, sendo assim, essa questão estava ultrapassada.

O **Senhor Vice-Presidente** retorquiu que o Senhor Vereador não tinha feito o regulamento em outubro.

O **Senhor Vereador Luís Correia**, solicitou a palavra e referiu-se à questão das caixas multibanco, para dizer que já estavam quase a chegar ao fim de um ano de mandato e que ainda não tinham visto nada sobre esse assunto. E que se aquele assunto fazia parte das promessas eleitorais do Partido Socialista, já tinham tido tempo de concretizá-lo, lembrando da caixa multibanco que se tinha perdido há pouco tempo e que o Município podia ter assumido. Aludiu à referência à metáfora do “Ovo de Colombo”, para defender que eles tinham “posto de pé” o ovo, mas que, em abril, na reunião em que veio para deliberação o aviso de abertura

Neste momento, o Senhor Presidente, apercebendo-se de que um elemento do público assistente estava a gravar a reunião, solicitou-lhe que parasse de o fazer. Foi-lhe explicado que, nos termos do Regulamento Geral da Proteção de Dados, ele não podia fazê-lo, mas perante a sua recusa, o Senhor Presidente solicitou que o Senhor Diretor do Departamento de Administração Geral, Dr. Francisco José Alveirinho Correia, pudesse diligenciar que a Polícia de Segurança Pública fosse chamada para tomar conta da ocorrência. Restabelecida a ordem na sala, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Vereador Luís Correia para que ele pudesse prosseguir com a sua intervenção.

O **Senhor Vereador Luís Correia**, continuou explicando que na reunião efetuada em 8 de abril de 2022, em que foi presente para deliberação o aviso de *Abertura de Candidaturas ao Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo*, o Sempre – M. I., alertou que o aviso de abertura era demasiado genérico, com pouca objetividade e que deveriam ser feitos dois avisos: um, para a Cultura e, o outro, para o Desporto. Lembrou que os alertas não foram tidos em conta, não foram ouvidos, que naquela perspetiva se aplicava a metáfora do “Ovo de Colombo” e que eles não tinham conseguido “pôr em pé” o apoio ao associativismo, embora o Sempre – M. I. ter demonstrado tal ser possível, através da apresentação de critérios que agora foram propostos para um pseudo-período transitório. Sublinhou que se tivessem elaborado dois avisos distintos, hoje, as associações desportivas, já estavam a receber apoios. Referindo-se à Barragem de Santa Águeda disse que não tinha dito que a estratégia do “medo” tinha sido feita pelo Executivo, mas que tinha retirado a ideia de artigos de opinião sobre o assunto. Disse, ainda, que as respostas dadas à questão da água se baseavam no passado, mas que, felizmente, como o Senhor Vereador João Belém tinha referido



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

numa outra reunião, houve quem tivesse tido a capacidade de influenciar um Governo para construir uma barragem que hoje, no final do verão, enquanto outras barragens do país apresentam níveis de água na ordem dos 26%, a Barragem de Santa Águeda apresenta níveis de 87%. Disse que consideravam que a gestão da água deveria ser feita pensando no futuro. Relativamente à Dielmar e à captação de emprego para a região, referiu que estava ali em causa a *manutenção de postos* de trabalho e não a *captação de emprego*. Referiu que a Dielmar empregava trezentos trabalhadores, que, neste momento a empresa garante o emprego a cento e setenta, mas que ficava à espera que esse número chegasse aos quatrocentos trabalhadores, assim como o Executivo tem propalado. Explicou que o emprego desses cento e setenta trabalhadores decorre por eles serem o património mais valioso da Dielmar, sendo que a Valérius terá aceitado o desafio, também, por esses recursos humanos, além das condições que lhe foram dadas. Relativamente à Altice, lembro o Senhor Presidente que em 2013 o edifício da Quinta da Carapalha estava vazio e, em menos de um ano, o anterior Executivo, conseguiu captar a Altice e colocar lá os postos de trabalho que hoje ainda continua a dar provas dessa conquista, porque esta conquista que o Senhor Presidente agora fala, não é nova, mas foi uma conquista de um Executivo anterior.

O **Senhor Presidente** respondeu ao Senhor Vereador Luís Correia, que era um facto de que eles estavam em funções há nove meses e que ele tinha estado oito anos. Disse, em relação a São Vicente da Beira, que ele sabia dos contactos que tinham havido entre o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta de Freguesia para a resolução desse assunto e que o Sempre – M. I. apresentava aquela moção numa tentativa de "subir para o carro". Explicou que como ele sabia que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de São Vicente da Beira estavam a trabalhar para resolver o problema, vinha agora, em uma manobra de antecipação e de diversão, propor para todas as juntas de freguesia, aquilo que ele teve oportunidade de fazer e nunca fez. Disse que iria pôr a moção a votação e que a votariam favoravelmente, mediante a apresentação de uma declaração. Referentemente à Barragem de Santa Águeda disse que era um assunto sério, importante e que carece de discussão, tal como ele havia dito, ao Senhor Vereador aos albicastrenses, em devido tempo. Sobre a Dielmar, confessou não acreditar que alguém ficasse triste pela empresa estar a trabalhar e acrescentou que a única coisa que manifestou, foi a sua estranheza pelo Senhor Vereador Jorge Pio, que veio questionar a Câmara Municipal sobre a criação de emprego, nunca tenha dito uma palavra sobre o assunto. Ainda, declarou que o Senhor Vereador Luis Correia concretizava a lição do "Ovo de Colombo", porque ele tinha apresentado as regras que o Executivo Socialista propôs, embora não tendo, na devida altura, trazido nem o "parafuso" nem a "chave" para o apertar.



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O Senhor Vereador Luís Correia solicitou a palavra para requerer um esclarecimento. Disse que não tinha falado do multibanco de São Vicente da Beira, mas que sabia que a Junta de Freguesia de São Vicente da Beira iria assumir os custos do multibanco, embora pensasse que o Senhor Presidente da Câmara tinha dito ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente da Beira, que iria assumir as despesas, mas que lhe parecia não haver vontade do Município para assumir aquele encargo.

O Senhor Presidente sublinhou que se havia perdido uma agência da Caixa Geral de Depósitos e uma caixa multibanco, em São Vicente da Beira. Disse que o Senhor Vereador Luís Correia tinha perdido a informação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente da Beira, que ele não lhe tinha reportado que iriam propor ao Executivo a celebração de um contrato interadministrativo para a construção do *bunker* destinado à instalação da caixa multibanco. Disse acreditar que o Senhor Vereador pudesse estar mal informado, mas que, aquilo que se tratava, não era a Câmara Municipal desenvolver, por si mesma, a construção do *bunker*, mas ser a junta de freguesia a fazê-lo.

O Senhor Vereador Luís Correia referiu saber que a Câmara Municipal iria assumir os custos da construção do *bunker*, porque estava bem informado. Mas que também sabia que a Câmara Municipal não tinha assumido a instalação e o pagamento do funcionamento da máquina.

Não havendo mais pedidos para intervir, o Senhor Presidente deu por encerrado o período *antes da ordem do dia* e conduziu os trabalhos para o período da *ordem do dia*, conforme estipulado no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 – APROVAÇÃO DE ATA

Foi presente, para discussão e aprovação, a ata da reunião ordinária do dia 5 de agosto de 2022 (Ata n.º 23) que, posta a votação, foi aprovada, por unanimidade, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto 2 – URBANISMO E OBRAS PARTICULARES

2.1. LE-EDI 140/2019. Beira Sublime, Unipessoal L.da. Castelo Branco. Declaração de Caducidade de Processo de Licenciamento de Obra

Pelo Senhor Presidente foi presente o processo de licenciamento referência LE-EDI 140/2019, de 19/08/2019, requerido por Beira Sublime, Unipessoal L.da, para proceder a *obra de alteração* na Rua das Olarias, n.º 61, em Castelo Branco. No programa GSP – Gestão e Segurança de Processos, os serviços



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

técnicos exararam a seguinte informação, em 10/08/2022: “cumpridos que foram os formalismos legais, concorda-se com a proposta de declaração de caducidade do processo em causa”.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, declarar a *caducidade* do processo de licenciamento referência LE-EDI 140/2019, de 19/08/2019, requerido por Beira Sublime, Unipessoal L.da, para proceder a *obra de alteração* na Rua das Olarias, n.º 61, em Castelo Branco, nos termos do n.º 5 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

2.2. Processos de Obras Particulares Despachados no Mês de Junho de 2022

Pelo Senhor Presidente foi presente, para conhecimento, a informação n.º 17242, de 04/08/2022, da Secção de Obras Particulares, relevando os processos de obras particulares despachados no mês de junho de 2022.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

2.3. Processos de Obras Particulares Despachados no Mês de Julho de 2022

Pelo Senhor Presidente foi presente, para conhecimento, a informação n.º 17243, de 04/08/2022, da Secção de Obras Particulares, relevando os processos de obras particulares despachados no mês de julho de 2022.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ponto 3 – PATRIMÓNIO

3.1. Nelson Barata Baltazar. Alcains. Cedência de Parcela para o Domínio Público, Mediante Pagamento de Indemnização, e Celebração de Escritura de Cedência Onerosa (Confirmação da Deliberação Tomada sob o Ponto 7 – Nelson Barata Baltazar. Processo Referência LE-EDI 182/2020. Alcains. Requerimento de Isenção de Pagamento de Taxas de Licença de Construção. Aquisição Onerosa de Terreno e Indemnização ao Municípe, da Ordem de Trabalhos da Reunião de 23/10/2020 (Ata n.º 29/2020); e Anulação da Deliberação Tomada sob o Ponto 9 – Nelson Barata Baltazar. Alcains. Cedência de Parcela para Domínio Público e Celebração de Escritura, da Ordem de Trabalhos da Reunião de 13/05/2022 (Ata n.º 14/2022)

Pelo Senhor Presidente foi presente a informação n.º 16749, de 28/07/2022, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, sobre a cedência de uma parcela de terreno para o domínio público, por Nelson Barata Baltazar, em Alcains. Da informação, consta o seguinte texto: “Através do processo n.º LE-EDI 182/2020, foi



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

condicionante do licenciamento da garagem sita na Rua D. Leonor Simões Prata, n.ºs 66 e 68, 6005-071 em Alcains, a cedência para o espaço público (via pública) de uma parcela de terreno com a área de 6 m², do prédio inscrito na matriz sob ao artigo n.º 4181 e descrito na conservatória do registo predial de Castelo Branco, sob o n.º 2695/20030219, ficando a Câmara Municipal, na sequência da deliberação tomada na reunião de 23/10/2020, de indemnizar o requerente no montante correspondente a 50% do valor estimado da recuperação/execução de um muro/parede equivalente ao existente em alvenaria de pedra, no novo alinhamento e, com cerca de 10 m de comprimento por 2 m de altura e com um valor de 60€/m². Estimou-se então tal obra em 600 € (50% x 10m x 2m x 60€/m²). Todos os trabalhos já se encontram concluídos. Tendo sido requerido pelo promotor da operação urbanística o pagamento do valor acordado e a celebração da competente escritura. Na informação n.º 9814 de 29/04/2022, tipo de informação que é usual ser feita nestes procedimentos após a conclusão das obras, e que se destina apenas a solicitar ao executivo que autorize o Senhor Presidente ou quem legalmente o substituir para outorgar a escritura de cedência (no caso os referidos 6 m²), não foi referida a necessidade de ser paga a indemnização acordada ao requerente, pois tal situação já constava da anterior informação que mereceu a concordância do executivo na reunião deste órgão realizada em 23/10/2020. Uma vez que tal informação n.º 9814 de 29/04/2022, não referia a concretização da indemnização acordada com o requerente, a redação da mesma, levantou dúvidas aos serviços de notariado que entendem que, face a esta nova deliberação do executivo em 13/05/2022, não se poderá efetuar o pagamento dos referidos 600 €. Sem prejuízo do referido, verifica que não foi proposta nem tem, quanto a nós, fundamento o entendimento que foram alteradas as condições inicialmente aceites pela Câmara Municipal e então transmitidas ao requerente através do nosso ofício n.º 8343, de 12/11/2020. Em face do exposto e concluindo e para dissipar quaisquer dúvidas que possam vir a ser suscitadas pelos serviços de notariado, propõe-se que o executivo confirme o pagamento da indemnização de 600 € e confirme que autoriza o Senhor Presidente ou quem legalmente o substituir para outorgar a escritura de cedência e promover o pagamento de 600,00 € (seiscentos euros) ao requerente, tal como foi deliberado na reunião de 23/10/2020”.

Tomou a palavra o **Senhor Vereador João Manuel Ascensão Belém**: “Senhor Presidente, solicitava, se for possível, ser esclarecido sobre a razão desta proposta pois não tem parecer do chefe de divisão e diretor de departamento e também não traz cópia do ofício referido, n.º 8343”.

O **Senhor Presidente** concedeu a palavra ao Chefe da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares que prestou os esclarecimentos solicitados.



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com seis votos a favor dos Senhores Vereadores do PS e do Sempre – Movimento Independente e uma abstenção do Senhor Vereador da coligação PSD/CDS-PP/PPM, confirmar o pagamento da indemnização a Nelson Barata Baltazar, correspondente a 50% do valor estimado da recuperação/execução de um muro/parede equivalente ao existente em alvenaria de pedra, no novo alinhamento, no montante de € 600,00, conforme deliberação tomada sob o *Ponto 7 – Nelson Barata Baltazar. Processo Referência LE-EDI 182/2020. Alcains. Requerimento de Isenção de Pagamento de Taxas de Licença de Construção. Aquisição Onerosa de Terreno e Indemnização ao Municípe*, da Ordem de Trabalhos da Reunião de 23/10/2020 (Ata n.º 29/2020).

Mais deliberou, anular a deliberação tomada sob o *Ponto 9 – Nelson Barata Baltazar. Alcains. Cedência de Parcela para Domínio Público e Celebração de Escritura*, da Ordem de Trabalhos da Reunião de 13/05/2022 (Ata n.º 14/2022), com seguinte teor: "A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a cedência gratuita, para o domínio público, da parcela de terreno com a área de 6,00 m², do prédio inscrito na matriz n.º 4181 e descrito na conservatória do registo predial de Castelo Branco, sob o n.º 2695/20030219, freguesia de Alcains, cedida por Nelson Barata Baltazar e localizada na Rua D. Leonor Simões Prata, 66 e 68, em Alcains".

Foi ainda deliberado dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua, para outorgar a respetiva escritura de cedência graciosa.

3.2. Anulação de Bilhetes/Cadernetas do Mercado e Outros Setores

Pelo Senhor Presidente foi presente, para conhecimento, a informação n.º 17102, de 03/08/2022, da Secção de Taxas e Licenças, solicitando a anulação de bilhetes/cadernetas referentes à ocupação de terrados e mesas no setor do mercado e outros setores, por motivo de a cobrança/pagamento ser feita através de emissão de faturas mensais e por cada aplicação específica.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ponto 4 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

4.1. Junta de Freguesia de Tinalhas. Contrato Interadministrativo para Colocação de Estátua da Rainha Santa Isabel no Recinto com o Mesmo Nome

Pelo Senhor Presidente foi presente a informação n.º 18074, de 16/08/2022, do Departamento de Administração Geral, com o seguinte teor: "1 – A Junta de Freguesia de Tinalhas pretende colocar a estátua da Rainha Santa Isabel no recinto com o mesmo nome, o que carece de uma intervenção no local. 2 – Considerando que nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda da articulação dos interesses próprios das populações. 3 – Assim, em face do exposto e nos termos da alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não se vê inconveniente que a Câmara Municipal aprove o apoio de € 5.088,00 (cinco mil e oitenta e oito euros) à Junta de Freguesia de Tinalhas, devendo deliberar e submeter à Assembleia Municipal a proposta de apoio, a qual, após a respetiva aprovação, deverá ser formalizada mediante a celebração de um contrato interadministrativo, devendo a respetiva junta de freguesia cumprir os requisitos legais em matéria de contratação pública”.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um contrato interadministrativo com a Junta de Freguesia de Tinalhas, de modo a transferir o montante de € 5.088,00, destinado a uma intervenção no local, para colocar a estátua da Rainha Santa Isabel no recinto com o mesmo nome.

Mais deliberou, remeter a proposta à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos da alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberou ainda, dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua para assinar o respetivo contrato interadministrativo, após aprovação do Órgão Deliberativo.

4.2. Agrupamento de Escolas Amato Lusitano. Protocolo no Âmbito de Candidatura para a Criação de um Centro Tecnológico Especializado – Informática (CTE)

Pelo Senhor Presidente foi presente a informação n.º 17968, de 09/08/2022, da Unidade de Planeamento, Promoção e Desenvolvimento Económico, sobre a celebração de um protocolo de parceria com o Agrupamento de Escolas Amato Lusitano. Da informação conta o seguinte texto: “Considerando que: A Escola Amato Lusitano, do Agrupamento de Escolas Amato Lusitano, está a proceder à elaboração de uma candidatura para a criação de um Centro Tecnológico Especializado – Informática (CTE), nos termos do Aviso n.º 01/C06-i01.01/2022, do Investimento ‘RE-C06-i01: Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional’, da Componente 6 Qualificações e Competências (C6) do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; A criação dos CTE está alinhada com os objetivos definidos no âmbito da Estratégia Portugal 2030 e expressa uma aposta decidida em infraestruturas e equipamentos de elevada qualidade, melhorando a capacidade técnica e pedagógica dos espaços educativos e formativos e robustecendo quer a qualidade da oferta formação, quer a capacidade de respostas educativas e formativas, por forma a promover a igualdade de oportunidades e uma maior equidade no acesso aos recursos disponíveis, contribuindo para a redução das desigualdades socioeconómicas e geográficas; Potenciando o incremento das qualificações intermédias e o crescimento sustentado da procura de formações de nível secundário com certificação profissional associada,



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

nomeadamente nas áreas de especialização consagradas no presente concurso – industrial, energias renováveis, digital e informática – os CTE têm impacto na promoção da competitividade das empresas, favorecendo a criação de emprego qualificado e permitindo alavancar o potencial produtivo da economia nacional, através da mobilização das qualificações e competências como motor de desenvolvimento e competitividade; Na sua operacionalização, integram a dimensão ambiental, focando a eficiência energética e ambiental dos equipamentos a adquirir, e a dimensão da igualdade de género e de oportunidades, combatendo limitações formativas e segregações profissionais vinculadas ao género e à desigualdade de oportunidades; O presente protocolo de parceria não tem encargos financeiros para o Município de Castelo Branco. Assim, face ao exposto, e dado que um dos critérios de avaliação da candidatura é o estabelecimento de parcerias com a administração local e regional, junto se envia a V. Ex.a, para aprovação, a minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Castelo Branco e a Escola Amato Lusitano”. Os documentos presentes são dados como reproduzidos, ficando a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 1.

A **Senhora Vereadora Ana Ferreira**, solicitou intervir, para questionar o Senhor Presidente sobre a posição da Câmara Municipal relativamente ao número de centros tecnológicos especializados que foram atribuídos à Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB), dois num universo de trezentos e sessenta e cinco, sendo que um vai ser público e o outro tem de ser privado. Explicou que estava a referir o assunto, numa perspetiva de coesão territorial, uma vez que estes centros potenciam o ensino profissional.

O **Senhor Presidente** respondeu que a CIMBB solicitou esclarecimentos, que ele próprio tinha questionado o Senhor Secretário de Estado da Educação, para explicar que a situação tinha a ver com a dimensão da CIMBB, a mais pequena do país, e para relevar as boas condições que a Escola Secundária Amato Lusitano tinha de ver a sua candidatura aprovada.

O **Senhor Vereador Luís Correia** manifestou o seu desagrado por esta decisão, tendo sugerido que se tirassem dois centros a Lisboa, que tem mais de cem, a CIMBB passar a ter o dobro dos centros atribuídos, o que, na opinião dele, seria um sinal de discriminação positiva, uma evidência de que o interior não tinha caído no esquecimento. Referiu que ainda se estava para saber a localização dos dois centros atribuídos, e para defender que deveriam ter sido mais ambiciosos nesta questão.

O **Senhor Presidente** perguntou ao Senhor Vereador Luís Correia se ele tinha lido o aviso de abertura para a criação destes centros tecnológicos e, se o tinha lido, que lhe dissesse que outra escola do concelho estava em condições de se candidatar nas áreas da informática e da indústria.



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O **Senhor Vereador Luís Correia** também perguntou ao Senhor Presidente se as escolas de outros concelhos podiam ou não apresentar candidaturas e se a candidatura apresentada pela Escola Secundária Amato Lusitano podia não ser aprovada e o centro tecnológico ir parar a uma escola de outro concelho. Afirmou que era nesta perspetiva que estavam a dizer que o Governo deveria ter tido um olhar diferente para esta realidade e que a Câmara Municipal deveria ter uma palavra a dizer. Disse que não bastava estar a falar, permanentemente, do interior, mas que depois não se aproveitam uma série de oportunidades para beneficiar e desenvolver o interior.

O **Senhor Presidente** respondeu que tinha alguma dificuldade em “ver” alguém, que foi um relevante militante do Partido Socialista durante vinte e quatro anos, atacar de forma tão incisiva esse mesmo partido, argumentando estar a defender o interior, mas que cada um sabia de si e dispôs-se a proceder à votação do ponto.

O **Senhor Vereador Luís Correia** respondeu que tinha sido militante do PSD com muito gosto...

O **Senhor Presidente** acrescentou que também tinham conhecimento dessa informação.

O **Senhor Vereador Luís Correia** corrigiu prontamente a sua resposta para “militante do PS” e, perante a insistência do Senhor Presidente, afirmou que nunca tinha sido militante do PSD.

O **Senhor Presidente** acrescentou que os *lapsus linguæ* eram tramados e que a ele também lhe aconteciam.

O **Senhor Vereador Luís Correia** reafirmou que nunca tinha sido militante do PSD, nem nunca o seria, e continuou a sua intervenção dizendo que tinha sido militante do PS com muito gosto, mas que, apesar disso, nunca tinha deixado de defender os interesses do interior e levantar a sua voz sempre que foi preciso.

O **Senhor Presidente** acrescentou que nas reuniões do Executivo também faziam falta momentos de descontração e passou à votação do ponto.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração do protocolo com o Agrupamento de Escolas Amato Lusitano, que “tem como objetivo o benefício recíproco das potencialidades e complementaridades das atividades dos dois outorgantes, no sentido de contribuir para a modernização da oferta formativa em linha com as evoluções do tecido produtivo, através da criação de um Centro Tecnológico Informática com grande potencial na criação de valor acrescentado, de forma a aumentar o número de jovens diplomados em ofertas de dupla certificação de nível secundário, melhorando a articulação vertical entre os vários níveis de educação e formação profissional, contribuindo para a aprendizagem ao longo da vida”.



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Foi ainda deliberado dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua, para outorgar o protocolo.

4.3. Associação Portuguesa de Parques Empresariais. Adesão do Município de Castelo Branco

Pelo Senhor Presidente foi presente a informação n.º 18080, de 16/08/2022, do Departamento de Administração Geral, sobre a adesão do Município de Castelo Branco à Associação Portuguesa de Parques Empresariais (APPE). Da informação consta o seguinte texto: "1 – De acordo com o despacho do Senhor Presidente de 17 de julho, fui incumbido de proceder à execução de todos os procedimentos tendentes à adesão do Município de Castelo Branco à APPE – Associação Portuguesa de Parques Empresariais. 2 – A referida Associação tem como objetivos promover a cooperação entre as entidades gestoras das Áreas de Localização Empresarial em todo o território nacional; articular e especializar a ofertas das ALE, tendo em vista a atração e fixação de mais investimento nacional e estrangeiro no país; promover a eficiência do investimento público e privado, beneficiando de ações e vetores comuns, de sinergias e recursos conjuntos e contribuir para a difusão de boas práticas de gestão territorial e ambiental. 3 – Para a concretização dos procedimentos de adesão, o Município deverá aprovar em reunião do Executivo a referida adesão, devendo posteriormente a Assembleia Municipal autorizar a mesma. O valor da joia é de € 250,00 e a quota anual é de € 1.000,00. 4 – Após a deliberação dos Órgãos Executivo e Deliberativo, o respetivo processo deverá ser submetido à apreciação do Tribunal de Contas para obtenção da declaração de conformidade e só posteriormente se procederá ao pagamento da joia e quota referente ao ano de 2022".

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a adesão do Município de Castelo Branco à Associação Portuguesa de Parques Empresariais (APPE), mediante o pagamento da joia de adesão de € 250,00 e de uma quota anual de € 1.000,00, após deliberação da Assembleia Municipal e posterior submissão à apreciação do Tribunal de Contas para obtenção da respetiva 'declaração de conformidade'

4.4. Assembleia Municipal. Deliberações Tomadas em Sessão de 11 de Agosto de 2022

Pelo Senhor Presidente, foi presente um ofício da Assembleia Municipal de Castelo Branco, com a entrada n.º 15847, de 17/08/2022, dando conhecimento das deliberações tomadas em sessão de 11 de agosto de 2022.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ponto 5 – DIÁRIO DE TESOURARIA

Pelo Senhor Presidente foi dado conhecimento do *Resumo Diário de Tesouraria* de 18 de agosto:



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Operações Orçamentais € 44.122.667,70
Operações Não Orçamentais € 2.475,35

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Terminados os assuntos da ordem do dia, a Câmara Municipal passou a ouvir as intervenções por parte do público assistente, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Solicitou intervir o **Senhor Vítor Carmona** para manifestar o desagrado de moradores da Quinta Pires Marques, por motivo das obras de intervenção nas ruas se estarem a prolongar demasiado no tempo, e enunciar os problemas derivados de tal situação. Disse ainda que a Câmara Municipal deveria ter uma relação mais próxima com os moradores e que não entendia a razão para tal procedimento da Câmara Municipal. O **Senhor Presidente** respondeu que a Câmara Municipal estava a acompanhar aquela intervenção, que tinha um prazo de execução já, claramente, ultrapassado. Admitiu o incómodo, mas também chamou a atenção para que não havia forma de se fazer uma intervenção daquele tipo, sem que fossem causados incómodos. Explicou que a Câmara Municipal não tinha reunido com os moradores, porque não tinha tido uma forma de o fazer, formalmente, como tinha feito com a população de Alcains, por causa da dimensão da obra, o número de moradores e pela forma como estão organizados. Informou que a obra estava prestes a ser concluída. Lembrou, ainda, a grande insistência que tiveram, junto do empreiteiro, para ele aplicar a primeira camada de betuminoso, de modo a, pelo menos, acabar com o pó e a lama. Disse ainda que gostaria de conversar com o Senhor Vítor Carmona, de modo a poder fazer-lhe um outro enquadramento sobre a obra e sobre o que ela representa para Castelo Branco. De seguida, solicitou intervir o **Senhor Luís Barroso**: “Bom dia, Senhor Presidente, vereação e restantes presentes, incluindo agentes da autoridade que, ao que parece já se retiraram. Uma nota sobre o que, lamentavelmente, aqui se passou, que considero um excesso de autoridade, quando não estava em causa a ordem pública. Vou falar sobre proteção de dados, recolha de imagens, gravações, para dizer-vos que na ‘Quinta do Chinco’, espaço público livre, existem quinze câmaras de vigilância sem que nenhum dos hortelões tivesse sido ouvido ou permitido o registo de imagens e gravação de som. Não será um caso, aqui sim, de polícia...?! Acrescentando, a falta de esclarecimentos sobre o seu custo, as razões da sua instalação, a quem e de que forma foram compradas. Permitam-me comentar a moção do ‘Sempre – Movimento Independente’, aprovada, por unanimidade, por este executivo, para que sejam instaladas caixas de multibanco em todas as freguesias do concelho, protocoladas com o município, como uma medida de coesão territorial. Concordo com a moção. Esta decisão só peca por tardia, bem como devia ter sido assegurada a continuidade das que



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

existiam o que não aconteceu em alguns casos. Os *espaços cidadão*, que funcionam em quase todas as nossas freguesias, deviam incluir, de entre outros serviços, o do multibanco, com os custos de instalação e manutenção a serem assumidos pelo Governo Central. Aproveito para vos dizer que na freguesia de Santo André das Tojeiras, o seu atual presidente prometeu, em campanha eleitoral, à população a instalação de um multibanco, mas até hoje nada fez, com o prejuízo de todos os que ainda resistem a viver naquela freguesia. Cito António Aleixo, poeta do povo: *Tu, que tanto prometeste Enquanto nada podias, Hoje que podes esqueceste Tudo quanto prometias...* Assenta que nem 'uma luva' a este senhor, com todo o respeito que me merece, como a muitos outros, bem perto de nós, que estão ao serviço da coisa pública. Foi aprovado nesta reunião a colocação de uma estátua da Rainha Santa Isabel no recinto com o mesmo nome na freguesia de Tinalhas. Nada contra. Recordo-vos, que Fernando Namora, escritor e médico, que todos devíamos conhecer, viveu e exerceu a sua atividade de medicina nesta freguesia, em 1943 e 1944. Existe ainda a casa onde ele morou, pelo que seria importante a colocação de uma placa na mesma que assinalasse a sua passagem por esta aldeia, onde escreveu a novela 'Casa da Malta'. Falou-se da Escola Amato Lusitano, que, infelizmente, já há muitos anos desprezou um projeto de arte pública, que ela própria promoveu em conjunto com um grupo de alunos. O que ainda resta deste projeto está abandonado e caído no exterior da escola, no espaço que dá para a Avenida Afonso de Paiva, à vista de todos que por ali passam. As várias peças que o constituem, que deveriam ser um atrativo para a cidade e para a própria escola, continuam esquecidas e a estragarem-se pela insensibilidade de quem dirige este agrupamento. Pedia o favor a este executivo, que agora tem responsabilidades na área da educação, que intercedesse por esta arte, por esta cultura, dando-lhe a dignidade que merece, pois, o projeto teve apoio de dinheiros públicos para se concretizar. Enquanto se fazem murais por artistas que transformam o lixo em arte, na nossa cidade a arte vira lixo, lamentavelmente. Já temos a Lagoa na Zona de Lazer com uma imagem diferente, acreditamos para melhor, com a limpeza que está a ser efetuada. Alertava para a necessidade de serem deixados alguns espaços de canalial para que a vida animal ali existente continue a poder alimentar-se, abrigar-se e reproduzir-se. Outra situação positiva, esta na área da inclusão, foi a colocação de dois aparelhos, uma cadeira de baloiço e um balanço mola, para crianças com deficiência, em três parques infantis da cidade. No que está situado ao pé do Mercado Municipal a cadeira do baloiço foi vandalizada, mas ainda não foi repostada uma nova no seu lugar. Para quando um Parque Infantil totalmente inclusivo na cidade? Ainda, falando de inclusão, perguntava ao Senhor Presidente, pessoa muito bem informada, se tem conhecimento que durante o mês de agosto, três associações (APPACDM, ERID e AACCB), que têm um papel importantíssimo na inclusão de crianças e jovens deficientes, fecham portas com enormes prejuízos no que diz respeito a terapias continuadas, que são interrompidas, isolamento social, e constrangimentos



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

de vária ordem junto das famílias? Não seria importante existir um ATL – Atividades de Tempos Livres para estas crianças e jovens da responsabilidade da autarquia para ultrapassar esta 'cartelização' destas associações financiadas por dinheiros públicos? Estive, uns dias atrás, na freguesia de Santo André das Tojeiras, e verifiquei que o 'elefante vermelho', que é o edifício onde deveria estar a funcionar a Destilaria Comunitária, continua fechado e abandonado. Foram cerca de um milhão de euros de dinheiros públicos 'destilados' naquele espaço para nada, com o equipamento administrativo e de produção (alambiques) a degradarem-se no seu interior, bem como o edifício em si. Qual a razão por que esta Destilaria não está ainda a funcionar? Se não existe, legalmente falando, possibilidade de abrir, o que esperam para dar outra funcionalidade ao espaço? Outra situação que não se entende é a continuidade do encerramento da gelataria *croissanteria* 'Bem-Haja', que tem prejudicado a cidade, a sua imagem, para além da vergonha do espaço estar fechado numa zona importante como é o Centro Cívico (Devesa). Já manifestaram alguma preocupação pela situação junto do arrendatário? Não pensam intervir caso a situação se arraste por mais tempo? Foi em 15 de julho que o 'Domvs' foi arrendado a uma empresa de Coimbra, que fez transparecer, na altura do leilão da chave, uma grande vontade e força em dar uma nova imagem ao espaço na área da restauração, de forma a trazer mais pessoas para o nosso Centro Cívico. Já passou mais de um mês e nada se vê destes novos inquilinos. Que se passa com a situação? Pela 'tinta' que já fez correr não podia deixar de trazer a esta sessão o 'Festival + Solidário', organizado pela Associação Quatro Corações, nos dias 5, 6 e 7 deste mês, na Zona de Lazer da nossa cidade e com um apoio, exacerbado, da autarquia. Pelo que sei um dos campos que foi utilizado (futebol de sete) ficou danificado, ao ponto de ter de ser substituído todo o seu piso, para não pôr em causa a saúde física dos jovens que normalmente treinam e jogam nele. É verdade Sr. Presidente? Quando passaram a licença especial de ruído, que espero tenha existido, para que o 'bataque', num som ensurdecador acima do permitido por lei nunca antes ouvido, dos 'Djs' até às 3 da madrugada, tiveram alguma preocupação com os albicastrenses que trabalhavam e precisavam de descansar? Para além dos subsídios já atribuídos que são conhecidos publicamente, no valor de 80 mil euros, existirá mais algum apoio de dinheiros públicos a este Festival, nomeadamente em logística, artistas, água e luz? Para quem e como serão encaminhadas as mais valias, se existem, da realização desta atividade solidária junto de quem mais precisa? Já tiveram, Associação Quatro Corações, a preocupação de apresentarem as contas, pelo menos a este executivo? Por fim, a colocação do painel informativo digital no Jardim dos Aromas ou de Amato Lusitano que, salvo melhor opinião, considero uma prioridade duvidosa, resultando em mais um custo, para além do equipamento em si, o da energia, pois funciona ininterruptamente dia e noite, quando tudo aponta para uma restrição energética local, nacional e mundial. Pelo que tenho visto ninguém lhe presta qualquer atenção, pelo que a informação transmitida, que acho



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

importante, não chega a ninguém. Preferia que se tivessem preocupado mais com as árvores ali existentes, a sua saúde, e a renovação arbórea do espaço, com vista a termos aquele Jardim mais verde e com mais sombras. Também, seria importante que fosse criado um pequeno pulmão verde no centro da cidade, preocupados que estamos com as alterações climáticas, a exemplo que está a ser seguido na maioria das cidades europeias, para além da saúde dos Alcastrensenses, pois de granito estamos todos fartos com o calor que reflete e as nódoas que o marcam a precisarem de ser limpas, e que dão uma imagem de pouco asseio. Para terminar, dizer-vos que como cidadão que vem a esta sessão pública, saio daqui enriquecido, culturalmente, com as lições de história, lendas e narrativas que hoje aqui ouvi e assisti. Obrigado a todos".

O **Senhor Presidente** passou a responder. Quanto às câmaras instaladas na Quinta do Chínco, respondeu que estavam a aguardar o parecer do Senhor Encarregado da Proteção de Dados. Referindo a limpeza do lago da zona de lazer disse que já não era feita há doze anos. Explicou que a tabua que rodeia a lagoa representa um dos produtores da poluição que ali acontece, que as galinhas-d'água ali nidificam e que procurariam criar condições, agora com o lago mais limpo, para elas ali continuarem. Relativamente aos parques infantis, disse que tinham vindo a instalar, em alguns, equipamentos destinados a crianças portadoras de algum tipo de deficiência, mas que, infelizmente, alguns munícipes têm danificado aqueles equipamentos públicos que não se conseguem substituir com a celeridade pretendida. Informou ainda que o Executivo tinha o objetivo de construir um *parque infantil inclusivo* e que os *equipamentos inclusivos* colocados nos parques infantis existentes, tinha sido para perceberem de que forma estes equipamentos podem vir a funcionar na cidade. Referiu que não tinha conhecimento do encerramento da APPACDM, ERID e AACCB, durante o mês de agosto, que as crianças portadoras de deficiência merecem uma atenção ainda mais especial, para o seu bem-estar e prometeu intervir, caso seja possível. Os espaços comerciais são da responsabilidade de particulares e a Câmara Municipal não pode intervir ao nível da carência de recursos humanos, o motivo que o responsável pelo estabelecimento Bem-Haja alegou para o seu encerramento. Acrescentou que o encerramento não se prendia com rendas em atraso e que, portanto, o estabelecimento comercial poderia estar aberto. Aludindo ao estabelecimento Domus, o Senhor Presidente lembrou que o seu arrendamento tinha sido feito há um mês e a empresa a que foi adjudicado em hasta pública necessitava de adaptar o espaço e adquirir equipamentos e que isso não se fazia no tempo que passou. Sobre o ecrã colocado no centro da cidade, explicou que não o achava um despropósito, porque servia o propósito de informar os munícipes e possibilitar a sua participação, de forma mais próxima, na vida da cidade. Quanto ao *Festival + Solidário*, referiu que não conseguia entender porque o cidadão Luís Barroso "embicou" com o festival, explicando que acompanhava as publicações do munícipe e sempre o tinha visto como defensor e proponente da realização de eventos em Castelo Branco. Explicou que Castelo Branco ansiava pela



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

realização de um festival de música, de verão, há muito tempo, assim como acontecia em outros locais do país. Lembrou o *Festins – Festival do Associativismo de Alcains*, cuja realização, a Câmara Municipal tinha por hábito apoiar, na localidade de Alcains. Referiu que a Câmara Municipal tinha participado como entidade coorganizadora do festival, por achar que a cidade tinha direito a ter um festival daquele tipo, que conseguiu, de uma forma inédita, envolver um número alargado de associações e mais de trezentos voluntários. Afirmou que o festival tinha sido um grande momento em Castelo Branco e que acreditava que tinha “caminho para ter desenvolvimento”. Contou que tinha estado presente nos três dias do festival, que tinha falado com muitos participantes e que as pessoas, além das referências positivas, referiram-lhe também a excelência do espaço, a forma como estava organizado e a sua envolvimento. Referiu o Presidente da Associação Quatro Corações, Hélder Martins, para destacar a forma como ele se envolveu, captou apoios e demonstrou coragem, ao assumir uma parte muito significativa dos custos associados à realização do evento. Agradeceu-lhe, e a todos os que estiveram com ele, pela realização do festival. Ainda, respondeu ao Senhor Luís Barroso, que tinham de assumir aquilo que pretendemos, designadamente, se queremos ser uma cidade pequenina, envergonhada e com medo de “fazer”, ou se assumimos “fazer” iniciativas no centro cívico de Castelo Branco, ou a festa da Granja Parque, com música até horas um pouco mais adiantadas. Acrescentou que isto, também, era “fazer” cidade e contribuir para a afirmação de uma cidade, Concluiu, por dizer que, em boa hora, a Associação Quatro Corações tinha tomado a iniciativa de realizar o festival e que, se a associação mostrar interesse em continuar a realizá-lo, a Câmara Municipal voltava a coorganizá-lo. Solicitou intervir a **Senhora Maria do Carmo** para dizer que, para realizar eventos, Castelo Branco não necessitava de ir copiar a outros sítios, para inovar, que bastava o conhecimento adquirido ao longo da sua história e revisitou os concursos e as festas organizadas em tempos no Parque da Cidade, nomeadamente, o concurso do *Vestido de Chita*. Disse a importância de voltar a trazer eventos assim ao Parque da Cidade. Defendeu a importância e a repetição do *Festival + Solidário* e o envolvimento da autarquia, mas ressaltou a importância de informar o munícipe dos valores envolvidos, das associações beneficiadas e do modo como o evento foi organizado. Falou de transparência e de como, quem está à frente dos destinos de um governo ou de uma autarquia, deve dar o exemplo. Concluiu, dizendo estar de acordo com a organização destes eventos e referindo que, o mesmo tipo de postura, deve existir para com todas as associações que trabalham na área do Município.

O **Senhor Presidente** anuiu que, se havia um festival que não copia nada de outros, esse tinha sido o aquele porque, tanto quanto sabia, era o único festival, a nível nacional, organizado por uma IPSS com a coorganização de uma Câmara Municipal. Quanto às atividades no Parque da Cidade, referiu a iniciativa, promovida pela Câmara Municipal, da projeção de seis filmes naquele local, que vai ao encontro das



CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

memórias e da identificação da cidade de Castelo Branco. Lembrou, que as propostas do Partido Socialista, na última campanha eleitoral, incluíam a recuperação de algumas atividades promovidas em tempos no Parque da Cidade, com a sua consequente adaptação às atuais realidades da cidade, nomeadamente, na projeção de filmes, com o recurso às novas tecnologias de projeção e som.

Não havendo mais ninguém para intervir, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

DOCUMENTAÇÃO ANEXA À ATA

Para cumprimento do Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (RGPD), o acesso aos dados que integram os anexos da presente ata, poderão ser consultados e disponibilizados a todos os interessados, mediante apresentação de requerimento e assinatura de termo de responsabilidade, que salguarde o respetivo uso, em obediência às disposições da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto. Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), na sua redação atual.

CONCLUSÃO DE ATA

E não havendo mais assuntos a tratar, pelo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, eram 11 horas e 30 minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Francisco José Alveirinho Correia, que a secretariei.

O Presidente da Câmara

O Secretário